AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE POPULAR DO PORTO: Pistas para a Biografia Institucional de um Associativismo Militante

Natércia Pacheco*, Manuela Terrasêca*, Teresa Medina* e Cristina Nogueira*

Neste artigo apresenta-se a UPP enquanto Associação Cultural que intervém no campo da Formação e Educação de Adultos desde 1979, data da sua fundação. Esta apresentação, realizada a partir dos discursos dos seus fundadores e dos seus actuais participantes e intervenientes, realça, por um lado, a forte matriz ideológica que a suporta e define, por outro, a componente de intervenção pedagógica, cívica e cultural que tem procurado assumir num registo de afirmação de si enquanto instituição subsidiária dos valores que lhe estão na origem e em oposição aos princípios mercantilistas do actual mercado da formação de adultos.

O projecto de avaliação da UPP «A Avaliação de Percursos e de Estratégias de Formação de Adultos numa Instituição à Margem do Sistema de Ensino – A Universidade Popular do Porto» em desenvolvimento a partir de uma solicitação da própria associação, tem permitido construir a biografia desta instituição e reflectir sobre a sua identidade, entendida como relação complexa entre princípios, valores e crenças e a afirmação de si através das suas práticas de educação, formação e intervenção.

Enquanto Associação Cultural e Universidade Popular, ela constitui-se, assim, em espaço de encontro, de comunicação e de relação de pessoas, na sua procura de um bem comum, mas também se assume como espaço de acção militante e de intervenção comunitária favorecendo a construção colectiva de um bem partilhável.

* Investigadoras do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da FPCEUP e colaboradoras da Universidade Popular do Porto.

Educação, Sociedade & Culturas, nº 22, 2004, 41-62

A UPP – a origem e os princípios

A UPP foi fundada, no Porto, em 1979, por personalidades ligadas à vida académica, cultural e sindical da cidade – entre as quais se destacam Ruy Luís Gomes, Armando de Castro, Cassiano Abreu e Lima, José Morgado, Emílio Peres, Óscar Lopes, Macedo Varela e Vitor Ranita – tendo como seus desígnios principais democratizar o acesso ao saber e à cultura, num processo de intervenção social com uma componente ideológica importante que passava por

> «*organizar trabalhos na área da cultura e do conhecimento, a serem divulgados de forma acessível (...) naquela perspectiva de que a educação, o ensino, a cultura, tinham sido muito afastadas das pessoas (...) naquela perspectiva das Universidades Populares, lá do nosso patrono*[1]» (Rui Leal, em entrevista).

Os Estatutos da UPP definem-na como uma Associação Cultural sem fins lucrativos, cujos sócios podem ser pessoas individuais ou colectivas defensoras da importância da cultura para o desenvolvimento do ser humano e para o progresso social, tendo por objectivos

> «*promover o conhecimento e a formação cultural, científica e técnica nas diversas áreas do saber e da actividade social, mediante a criação de grupos e centros de estudo e a realização de cursos, seminários, e outras acções de estudo e de trabalho, bem como a edição de publicações periódicas e não periódicas*» (Estatutos da Universidade Popular do Porto).

Armando de Castro, um dos principais impulsionadores da criação da Universidade Popular do Porto refere que era necessário «manter, desenvolver e actualizar a velha herança cultural (...) herança de tanta gente que é preciso retomar actualizadamente (...) não somos arquivistas, somos promotores da cultura» (Armando de Castro)[2], numa perspectiva de combate ao analfabetismo e

[1] Em referência a Bento de Jesus Caraça.

[2] Em entrevista vídeo-gravada, concedida ao canal 2 da RTP e que foi transcrita no âmbito do desenvolvimento do Projecto de avaliação da UPP.

ao desprezo pela cultura que se tinham instalado no país ao longo de boa parte do século XX, como fruto de uma persistente política proibitiva da participação livre, activa e responsabilizada da população na vida pública, instaurada pelo Estado Novo. Este desinvestimento na educação não se registou apenas ao nível do sistema de ensino formal, mas também ao nível da educação não formal, tendo o regime instaurado em 28 de Maio de 1926 forçado a desactivação de inúmeras iniciativas de promoção da educação e cultura populares surgidas durante a Primeira República.

Com a implantação da República tinha-se verificado «uma verdadeira explosão na criação de centros de educação popular» (Candeias, 1981: 41), dando lugar ao aparecimento de inúmeras sociedades de instrução e recreio, ao aumento do número de Universidades Populares, e de múltiplas actividades no domínio da educação de adultos, tais como organização de bibliotecas, criação de grupos de teatro, acções de alfabetização, cursos livres, círculos de estudo, conferências e palestras, promovidas pelo movimento associativo e popular, por associações operárias e sindicatos.

A partir de 1926, na vigência do Estado Novo, todas estas iniciativas de educação popular são cortadas, sujeitas a fortes limitações ou mesmo ilegalizadas, ao mesmo tempo que são interrompidas as iniciativas estatais desenvolvidas durante a 1ª República, erguendo-se vozes em defesa do analfabetismo: «A parte mais linda, mais forte, e mais saudável da alma portuguesa são os seus 70% de analfabetos» afirma Virgínia Castro Almeida e «felizes aqueles que não sabem ler» diz Conde de Aurora (cit in Mónica, 1978).

Perante o desapreço, por parte do Estado, pela educação do povo e pela cultura popular, diversos movimentos de forte oposição foram surgindo. De entre as personalidades que se destacaram nestes movimentos, Bento de Jesus Caraça ocupa um lugar relevante pela intervenção cultural, cívica e política que desenvolveu. Foi presidente da Universidade Popular Portuguesa, onde proferiu memoráveis conferências, num importante trabalho de difusão da cultura e de defesa da liberdade, valores que, de acordo com a sua perspectiva, se identificavam entre si, não podendo a segunda existir sem a presença da primeira. É neste sentido que, pressupondo o ser humano como «indefinidamente aperfeiçoável e a cultura (é) exactamente a condição indispensável desse aperfeiçoamento progressivo e constante» (Caraça, 1978: 8), considera fundamental

ampliar e intensificar cada vez mais a cultura, devendo «tender ao desenvolvimento do espírito de solidariedade. (...) do homem com todos os outros homens de todo o mundo» (*ibidem*), numa concepção una e internacionalista da cultura.

Numa conferência intitulada «As Universidades Populares e a Cultura», que proferiu em 1931 na Universidade Popular de Setúbal, afirmava a sua profunda crença na capacidade da humanidade para, através do conhecimento, satisfazer necessidades de ordem material, mas também objectivos de ordem moral. Adopta uma concepção marxista de cultura em que esta é, simultaneamente, um meio e um fim, contemplando o desenvolvimento máximo de todas as capacidades do ser humano, sejam intelectuais, artísticas e materiais e condena a detenção da cultura como monopólio de uma elite, argumentando com a «experiência histórica (que) ensina que sempre que um grupo se diferencia da massa geral da humanidade, por qualquer título, estabelecendo um monopólio de qualquer coisa» (*idem*: 6) o faz em interesse próprio e ignorando o interesse geral da massa. Caraça propõe que estes objectivos sejam desenvolvidos pelas Universidades Populares, defendendo-as como impulsionadoras de um movimento de transformação e de renovação:

> «*A sua acção é mais livre que a da Escola Oficial visto não terem as peias que esta tem e não terem a obrigação do cumprimento de certos programas previamente fixados. A sua liberdade na escolha das matérias do seu ensino é completa e podem, ainda, proporcionar a adultos que têm a sua vida de trabalho, e sem que a interrompam, a aquisição de conhecimentos que não poderiam ir buscar, dadas as condições da sua vida, à Escola Oficial*» (*idem*: 10).

É com inspiração nestes ideais e com base no pensamento de Caraça e de outras eminentes figuras da vida cultural e política do início do século XX que, após o 25 de Abril, é criada a Universidade Popular do Porto. A repentina alteração política, provocada pela Revolução de Abril, que possibilita que o país se democratize, descolonize e desenvolva, inaugura um período de vivência revolucionária, de forte participação popular e esmaecimento de modos de funcionamento fortemente hierarquizados e controlados que haviam sido vividos até então.

Os ecos da Educação Permanente chegam então a Portugal com a explosão de um forte movimento de intervenção popular, com a criação de milhares de associações populares, comissões de moradores, sindicatos, associações de estudantes e outras, que realizam múltiplas actividades mobilizando larguíssimos sectores da população para uma participação activa na vida política e social e promovendo, sob formas diversas, a educação popular.

Estabilizada a vida política do país, dentro de um funcionamento democrático, regulam-se, também, os modos de participação cívica, através da aprovação da Constituição da República e com a eleição do primeiro Governo Constitucional. Ainda em 1976, no VI Governo provisório, a Direcção Geral de Educação Permanente adopta uma orientação que privilegia o apoio às iniciativas surgidas a partir do movimento popular, encarando o apoio ao associativismo como caminho para uma educação libertadora e para a construção sólida da democracia.

A aproximação ao Banco Mundial verificada a partir de 1976 e o retorno da OCDE no início da década de 80, com a realização de um exame à política educativa portuguesa centrado, sobretudo, na formação profissional e técnica, marca uma inflexão da orientação política e educativa, com o reforço da ligação entre a educação e a ideia de crescimento económico.

É neste contexto de «normalização», já irreversivelmente assumida, que implicou a desactivação e mesmo a drástica redução de iniciativas populares de alfabetização e de formas de ensino associativo, que diversas personalidades[3] se reuniram para dar forma a ideias e a ideais cuja inspiração vinha do tempo da Primeira República. Defendendo princípios de democratização do saber e da cultura, e a valorização da cultura popular, «(...) a nossa Universidade Popular retoma em 1979 uma velha tradição que nos primeiros anos do nosso século foi bem vinda aqui no Porto» (Armando de Castro). Algumas dessas figuras notáveis tinham-se já destacado, anteriormente a Abril de 1974, pelo papel de oposição crítica que tinham desempenhado no panorama político e cultural português tendo, por isso, muitas delas sido perseguidas, expulsas das

[3] De acordo com a escritura de constituição da UPP, os outorgantes foram: Ruy Luís Gomes, Armando de Castro, Cassiano Abreu e Lima, José Morgado, António Macedo Varela, Armando Alves, Emílio Peres, Fernanda Dantas, Luís Oliveira Dias, Manuel Almeida Matos, Óscar Lopes, Vitor Ranita.

Universidades e Escolas Secundárias onde leccionavam, tendo sido algumas obrigadas a procurar exílio no estrangeiro.

A criação da Universidade Popular, cinco anos depois do derrube do regime ditatorial, surge como uma reacção, quer à política obscurantista que aquele havia instaurado, quer em oposição à tendência para centralizar e regrar a acção pública e domesticar a participação popular, que o período de «normalização», subsequente aos primeiros momentos de tentativa de democratização da sociedade através da democratização da educação e da cultura, veio impor.

A fundação da UPP beneficia de uma conjuntura que veio a ser-lhe favorável ligando a existência desse grupo de pessoas defensoras da necessidade da «formação cultural integral da pessoa (...) [para proporcionar uma] visão integrada do mundo» (Sérgio Vinagre, em entrevista) e que assumiam como um dever a sua participação cívica e intervenção social, com uma época que se manteve especialmente inspiradora: «Aquilo que marcava mais era a natureza das pessoas e a natureza da época. Porque a época era uma época muito sequiosa, era uma época de grande entusiasmo por estas coisas» (Emílio Peres, em entrevista).

Avaliar-se e (re)conhecer-se

O projecto «A Avaliação de Percursos e de Estratégias de Formação de Adultos numa Instituição à Margem do Sistema de Ensino – A Universidade Popular do Porto» procura restituir a esta instituição informação relativa ao trabalho que tem desenvolvido, aos públicos que abrange, aos cursos que promove, aos objectivos que estabelece, problematizando todos estes aspectos para compreender como subsiste/vive uma instituição que se afirma como «não sendo de mercado» e para realçar que concepção de formação e de cultura possui e promove. Esta restituição visa ir ao encontro da solicitação apresentada pela própria Universidade Popular do Porto, manifestando a preocupação com a elucidação e afirmação da sua identidade, no sentido de fundamentar opções relativas ao desenvolvimento de trabalho futuro.

Assim sendo, a avaliação resultou de finalidades estabelecidas pela própria Universidade Popular e só depois partilhadas e negociadas com a equipa de avaliação. É deste processo de negociação que emerge a adopção de uma avaliação aberta ao envolvimento da instituição, ou seja, realizada a partir da perspectiva que diversos actores apresentam sobre a UPP. Derrubaram-se, assim, as barreiras que habitualmente dividem a avaliação externa da auto-avaliação, para se recolherem os benefícios decorrentes de uma avaliação que contempla e beneficia da presença e envolvimento dos diversos intervenientes neste processo, aliando os que conhecem a instituição a partir de perspectivas diversas. A equipa de avaliação, que sofreu alterações desde a data da sua constituição, sempre contou com pessoas pertencentes à UPP e à FPCEUP, é constituída, actualmente, por quatro investigadoras. Contudo, não é possível dicotomizar esta equipa em elementos internos e externos, já que as duas investigadoras ligadas à FPCEUP, mantêm uma ligação de ordem e graus diversos com a UPP, integrando ambos o seu Conselho Consultivo enquanto que as duas investigadoras ligadas à UPP se relacionam com a FPCEUP através da preparação de dissertações de doutoramento.

Assim, a UPP é uma instituição que toda a equipa conhece tendo os seus membros visões que tanto têm interferido enquanto esclarecedoras de algumas das questões colocadas, como também têm proporcionado a vigilância necessária quanto a aspectos que poderiam ficar ocultados e/ou naturalizados pela familiaridade e proximidade.

Do ponto de vista da recolha de informações, a avaliação que se desenvolve na UPP, assenta num dispositivo que comporta o recurso a diversas fontes e processos de produção de dados: de ordem documental, e consistindo em recolher, informatizar e classificar informações cuja pertinência radica no facto de serem um testemunho importante das formas como se organiza e organizava a UPP nos primeiros tempos da sua existência, quais os públicos que acorriam à formação, ou seja, quem eram «os alunos», como se diz na gíria da UPP, quais os «professores» que davam e dão aulas, no sentido literal do termo, quais de entre os «professores» eram depois «alunos» e quais os «alunos» que deram aulas no seu papel de «professores».

Para além deste tipo de documentação, há «documentos projectuais» que contemplam, desde obras publicadas por alguns dos seus fundadores e professores, até textos estatutários, testemunhos de reuniões, entre outros, constituindo um conjunto documental que dá conta da identidade construída da UPP e das afirmações das utopias que se projectaram e projectam.

Outro elemento fundamental no dispositivo metodológico da avaliação da UPP consiste na recolha de testemunhos junto de «alunos» e de «professores» que ao longo da sua existência foram recorrendo à UPP como espaço de formação. Esta recolha foi realizada através de inquérito por questionário incluindo perguntas abertas, no caso dos alunos, e de entrevistas de grupo, no caso dos professores.

Por fim, foram realizadas entrevistas a sócios fundadores da UPP, enquanto pessoas portadoras do projecto e do sonho. Neste caso, optámos por entrevistas não dirigidas, no pressuposto de que o que os entrevistados teriam para nos dizer em muito ultrapassaria o que teríamos para lhes perguntar. Ou seja, pretendíamos que nos falassem da UPP, rememorando as motivações, as iniciativas tomadas, as relações interpessoais estabelecidas, entre outros aspectos.

Na elaboração dos instrumentos de recolha de informação houve uma grande preocupação em dar conta de linhas de intercomunicação, da eventual existência de interstícios relacionais entre os diversos participantes. Na verdade, mais do que recolher depoimentos, pretendemos que connosco fossem partilhadas narrativas porque, valorizando a subjectividade, realçam as vivências, os sentimentos e a intercomunicação, privilegiando o eu dialógico, aquele que evidencia a natureza comunitária, relacional e afectiva do ser humano. A importância das narrativas, como «dispositivos argumentativos» (Correia e Matos, 2001) é aqui crucial, permitindo a sua recolha uma análise do universo relacional que alunos e professores experienciam na UPP.

O acto de narrar organiza sequencialmente a memória dos vividos – num enredo articulado e em que os diversos momentos, episódios e eventos ganham uma coerência própria a essa mesma sequencialidade – sem necessitar de se conformar a uma verdade que fica inscrita no passado, já que o que importa na narrativa biográfica é a atribuição de sentido que o sujeito opera relativamente ao encadeamento dos episódios que subjectivamente narra. Aqui, não é tanto a reposição factual que importa (muito melhor conseguida e garantida através de outros procedimentos também desenvolvidos neste processo de avaliação) mas muito mais a possibilidade de aquele que narra as suas histórias e marcas do passado o fazer «selecciona(ndo) e articula(ndo) as suas experiências em função de um presente ou em função dos traços ainda difusos de um projecto» (*idem*: 150). Assim, o que torna inteligível a acção e lhe atribui um

sentido é o relato que dela faz o actor contendo as suas intenções, os seus propósitos, captando detalhes, sentimentos, objectivos, motivações, que se expõem narrativamente, de modo próximo.

O dispositivo teórico-metodológico implementado permitiu-nos uma escuta sensível ao carácter polifónico do discurso narrativo, à sua complexidade e a uma sequência temporal privilegiando a dinâmica dos eventos, a sua sequenciação e as interacções que o fluxo do tempo e o encadeamento dos episódios da história travam com as pessoas e com os acontecimentos.

As entrevistas foram longas, todas elas, ultrapassando as duas horas, por vezes, mal cabendo na tarde toda[4]. Este trabalho empírico, mais do que assente numa sequência estruturada de perguntas, foi antes, tal como referem Correia e Matos (2001: 15), a propósito de outra investigação,

> *«(...) um trabalho de produção de argumentos, de explicitação de sentidos, onde as entrevistas constituíram dispositivos facilitadores de uma comunicação que subentendeu cumplicidade, conversação e debate e que se prolongou no trabalho de interpretação das narrativas».*

O trabalho de avaliação tem proporcionado um conjunto de reflexões sobre diferentes dimensões da UPP que são estruturantes do pensamento sobre a sua identidade. Vamos destacar de entre essas dimensões as que se referem à sua condição de associação, aos fundamentos do seu projecto e aos papéis que nela assumem os seus colaboradores.

Os guardadores de ideais

De acordo com o discurso de apresentação de si, a UPP considera que as actividades de formação e de intervenção que empreende, se desenvolvem de acordo com uma concepção de cultura enquanto bem a democratizar e a distri-

[4] Como aconteceu com a entrevista realizada com o Professor José Morgado que, a par do seu extenso saber, nos surpreendeu pela quantidade de documentos que possuía e ainda textos da sua autoria, não publicados, que nos deu a conhecer.

buir, e perspectivando a sua *intervenção cultural no âmbito da educação ao longo da vida*, no pressuposto de que esta pode desempenhar um papel relevante «no aumento da capacidade de cada um percepcionar o mundo, questionar a realidade e desenvolver o espírito crítico, consciencializando o papel do homem na transformação e na mudança social» (UPP, 2000, *on-line*). Como refere um dos colaboradores da associação, a UPP é

> *«(...) um pólo de cultura no sentido amplo (...) um pólo de disseminação de uma forma de entendimento do mundo que seja capaz e mobilizadora para a sua transformação (...) é uma forma de entender a cultura como um meio e, naturalmente, também de entender a cultura como uma intervenção cívica»* (Silvestre Lacerda, em entrevista).

Assim, a UPP atribui a si própria uma responsabilidade marcante em termos de intervenção em diferentes espaços de participação social, que nos últimos tempos se tem consubstanciado através da preocupação de (re)activação de contactos com sindicatos, associações locais e colectividades, assim como na participação em diversos movimentos cívicos como os Fóruns Sociais Português e Europeu, o Movimento pela Paz ou as comemorações do 25 de Abril. Esta vertente de formação para a intervenção cívica é reconhecida como sendo um domínio importante do projecto da UPP, de acordo com o testemunho de um dos seus colaboradores:

> *«(...) para mim é um modelo de uma contracultura do tempo da oposição, de antes do 25 de Abril (...) a UPP manteve muito esse modelo; ou melhor, para mim é herdeira de um modelo dessa natureza, de um modelo que entende que o sistema escolar e as instituições de formação regular não cobrem uma formação, por exemplo, de natureza quase puramente cívica (...)»* (Manuel Loff, em entrevista).

Parece claro que, ao nível do discurso produzido sobre as actividades que desenvolve, a UPP continua, hoje em dia, a promover aquelas que lhe permitem ir respondendo às novas realidades sociais – como acontece actualmente com a organização de cursos de português para imigrantes – mantendo a ideia

de que é preciso defender a importância e o papel emancipatório que a cultura e a educação ao longo da vida podem desempenhar numa perspectiva de desenvolvimento humano.

Enquanto Associação, a UPP define-se com alguma especificidade, pela forma como se organiza internamente, como são geridas as relações entre os seus órgãos estatutários, como se relaciona com sócios e não sócios, bem como em relação ao tipo de actividade que desenvolve e serviço que presta. A UPP sempre tem contado com a colaboração de diversas pessoas que, não sendo associadas, com ela mantêm uma relativa regularidade de contacto: por um lado aquelas pessoas que se constituem como os «alunos», forma como são designados os que se inscrevem e participam nos cursos de formação e outras iniciativas promovidas; também aqueles que animam esses cursos de formação. Como refere um colaborador e dirigente da associação:

> *«(...) acho que isso é o essencial, manter as regras, algumas das regras essenciais: que toda a gente participe, activamente, na posição de orientador, professor, seja lá o que for, na base absoluta da sua prestação»* (Carlos Nelson Amador, em entrevista).

Nem todos são associados, ainda que o trabalho de orientação e de animação da formação seja sempre um trabalho voluntário. Sócios ou não sócios, todos os que, em algum momento, são «professores» ou participam em projectos, colaboram com a UPP de forma militante. Segundo Laville e Sainsaulieu (1997: 16), «(...) a ideia de se associar visa a constituição de um colectivo operatório à volta de um objectivo comum (...). Mas há também, por detrás desta forma aparente, um fundo escondido que se encontra por toda a parte: o de uma fórmula de vida em sociedade que baseia na aproximação livre entre os indivíduos a solução de problemas da época. De tal forma que dois fins se interpenetram na ideia associativa: o de cooperar voluntariamente e o de criar uma solução para um problema preciso».

Pode-se dizer que as finalidades apontadas pela UPP congregam a intenção de «promover o conhecimento e a formação cultural, científica e técnica nas diversas áreas do saber e da actividade social» (Estatutos da UPP, artigo 3º) com as perspectivas de intervenção social e do desenvolvimento da cidadania

actuante, assentes em ideais abertamente exibidos como uma bandeira. Estes, como vimos, ao invés de se esconderem sob discursos de uma modernidade pré-fabricada (pré-regulada), antes se apresentam como herdeiros dos ideais que moveram a criação das Universidades Livres, das Universidades Populares do séc XIX e da 1ª República. É de sublinhar que esta herança não é, de modo algum, uma herança facilitadora da relação necessária com as mudanças sociais que neste país têm acontecido. Sem dúvida que, como fonte de ideais, no seu sentido utópico, ela recusa a acomodação cega e assume-se como uma leitura crítica interpelante das práticas associativas nos seus compromissos com as exigências de controlo da sociedade portuguesa actual. Esta leitura crítica não se configura como um «fundo escondido», mas é explicitamente um barómetro dos processos desenvolvidos, que se tem mantido vigilante através dos seus fundadores – ou da memória e dos escritos daqueles que já nos deixaram e são ainda hoje como que guardadores de ideais na biografia desta instituição.

«Os militantes e assalariados do associativo não colmataram apenas as brechas tornando as iniciativas necessárias para '*apoiar os meios populares*' como se dizia nos anos do pós-guerra, para '*afirmar os direitos das minorias esquecidas pela democracia*' segundo os anos pós-68 e para '*se encarregarem da luta contra a exclusão social*' como se reivindicava nos anos 80. A afirmação comum destes actores associativos é mais profunda, toca o próprio cerne da vida em sociedade; têm todos o sentimento de terem sido conduzidos pela consciência de uma falta de elo social na construção de uma sociedade democrática e isto no próprio coração da generalização de uma sociedade de consumo moderna, decerto, mas também produtora de desigualdade e destruidora da coesão social» (Laville e Sainsaulieu, 1997: 18). Esta consciência da desagregação do elo social aliada aos debates acesos sobre o presente e o futuro da UPP, em que aqueles que se fazem porta vozes dos guardadores de ideais não estão apenas entre os mais velhos, mas também entre jovens preocupados com a modernização da instituição aliada a uma recusa de instrumentalização pelos poderes públicos, é talvez uma das respostas possíveis àquilo a que Laville e Sainsaulieu chamam o «*enigma da implicação associativa*».

Assim, apontaremos alguns dos debates prevalecentes que consideramos como analisadores desta vigilância, que acontece como um garante da implicação associativa.

a) A questão dos financiamentos:

Após a «efervescência» associativa que se seguiu ao 25 de Abril, o período de normalização teve efeitos duráveis e perversos no associativismo, nomeadamente através do controlo pelo Estado das associações financiadas. Rapidamente estas se encontraram numa situação de confronto com referências antagónicas, procurando manter o equilíbrio «(...) entre o risco de instrumentalização da parte dos poderes públicos preocupados em encontrar operadores-substitutos de dispositivos de que querem guardar o controlo e o da exclusão dos financiamentos públicos quando se trata de tornar possíveis acções de utilidade social (...)» (*idem*: 21).

Com efeito, as dificuldades não surgem apenas pela necessidade de apresentar contas quanto aos apoios financeiros – já por si esta prestação de contas exige profissionais de contabilidade competentes, que nem sempre se encontram entre os associados voluntários – mas sobretudo pela necessidade de acomodação às condições de financiamento através desse processo unificador que rouba aos projectos a sua qualidade de invenção do futuro, como diria Danilo Dolci, para os transformar em preenchimento redutor de formulários de programas de acção, previstos e formatados em função dos interesses das entidades financiadoras. Estas condições situam-se, por exemplo, ao nível das habilitações dos actores responsáveis por determinadas tarefas, o que inegavelmente seria uma exigência favorável ao bom andamento de qualquer projecto se se evitasse o efeito perverso de desautorização daqueles que, de forma voluntária e militante, desenvolviam anteriormente as mesmas funções, ao invés de lhes ser negado o reconhecimento da experiência adquirida no domínio das suas actividades associativas. Por outro lado, para além da transformação do voluntariado em emprego precário – que dura enquanto o financiamento dura – o risco de uma série de fenómenos irmanados neste processo de regulação ganha a configuração de uma bola de neve, trazendo consigo alterações a nível da vida da organização, da hierarquia, da instituição – que nos reenvia para as relações entre saber e poder – manipulando os interesses e necessidades dos associados que rapidamente se assumem como utentes reclamando serviços de equipas cada vez mais reduzidas e desligadas do projecto da instituição. A bola de neve arredonda-se com o evento da burocracia, da concentração de tarefas e de

poder em profissionais que, na melhor das hipóteses, se questionam sobre o seu próprio profissionalismo e sobre as razões que deram origem ao seu isolamento.

Assim, poderíamos dizer que o aumento do número de associações se tem feito à custa do estrangulamento do próprio associativismo, não sendo este totalmente eficaz porque há instituições como a UPP que lutam pela manutenção de uma identidade que se reconhece na história das suas origens, pela sua capacidade de suportar e de se confrontar com os embates que as mudanças sofridas a nível sociopolítico, desde a data da sua criação, têm provocado em muitos domínios, nomeadamente no que se refere ao associativismo militante. Daí o debate constante com que se confrontam aqueles que chamam a atenção para as dificuldades económicas e aqueles que recusam aliar-se a um projecto-programa, defendendo o projecto-projectil na sua forma histórica de utopia que se situa sempre lá mais adiante depois do alcançado.

b) As questões do voluntariado e da militância face ao profissionalismo

Com efeito, a criação no terreno do mercado de trabalho de um novo espaço de empregabilidade através de associações, na sua maior parte subvencionadas por entidades estatais, religiosas ou outras, teve efeitos ao nível do voluntariado e da militância. O voluntariado, que teve mesmo direito a uma Declaração Universal define-se pela «escolha espontânea, tendo por base motivações e opções pessoais» e pela «participação activa na vida das cidades, pelo contributo para a melhoria da qualidade de vida e para o aperfeiçoamento das pessoas e o empenho na construção de um mundo melhor».

O militantismo, mau grado as suas origens marcadas por um primeiro sentido teológico e pela sua raiz etimológica *militare* que significava «servir alguém», «lutar por alguma coisa», ganhou uma conotação política em geral articulada com a ideia de pertença a um partido. Guardamos, no que se refere ao associativimo, a definição proposta pelo Larousse «militante, aquele que manifesta actividade ao serviço de uma ideia, de uma causa (...)» em articulação com a designação de *militância*, pela sua conotação «de carácter eminentemente subjectivo de empenhamento» (Dubar, 2000: 147).

A transformação, que atrás referimos, do associado em utente passa pela mutação do processo associativo que acontece entre o «trabalhar *com*» e o «trabalhar *para*». Tal não significa que o empenhamento militante se perca forçosamente no espaço das horas pagas, na demarcação dos tempos de entrada e saída, das funções preestabelecidas, da submissão a directivas em que se misturam normas financiadoras e aspirações dos associados. Se, por um lado, a responsabilidade das acções designa os seus autores, excluindo os voluntários ou reduzindo o seu poder de agir, é sobretudo a representação que os associados fazem dos assalariados como «contratados para os servir» que reduz estes, muitas vezes, a um sentimento ambíguo de injustiça.

Na UPP o número reduzido de pessoas pagas pelas actividades exercidas permite obviar a esta questão embora, não em definitivo, na medida em que, por exemplo, a imagem de alguém por detrás de um balcão nos reenvia quase sempre à representação do prestador de serviços. Não é fácil entender que cada um pode passar para o outro lado do balcão e, por exemplo, fazer as fotocópias necessárias a uma dada actividade associativa. E isto não é apenas porque depressa se instalaria o caos se todos fizessem tudo, é também porque um balcão, no nosso imaginário social, demarca um terreno, um espaço de poder.

É sobretudo no não-pagamento dos colaboradores, nomeadamente, dos formadores que, na UPP, tem assentado ao longo dos tempos um dos princípios de regulação da militância. Embora seja discutível e discutido, este princípio tem-se mantido sem que as propostas de formadores se reduzam, havendo, mesmo uma significativa diversificação de cursos. Na verdade, a competência e as habilitações destas propostas não são controladas a não ser pelas próprias práticas. Sendo em grande parte professores dos diferentes níveis de ensino, mas também de várias outras profissões, trabalham em conjunto para dar resposta ao «desejo muito grande de melhorar as condições para que as pessoas usufruam da sua cidadania» (Emílio Peres, em entrevista). Estas acções acontecem sob um princípio de partilha e de troca que permite, por exemplo, que o jovem marroquino que aprendeu português se proponha, em seguida, a ensinar árabe, sem ter pago e sem ser pago por estas actividades. É o velho princípio da troca na sua expressão mais simples da realização dos passos para a construção da coesão social.

De um modo geral, a distinção entre emprego, profissionalidade e militância é, no quotidiano das actividades da UPP, bastante significativa. Emprego e militância são claramente distintos, mas entre eles, a profissionalidade permite a transposição das práticas profissionais para a Associação, com igual implicação embora, nesta última, possa eventualmente exercer-se com maior criatividade. Como refere um dos colaboradores,

> «*(...) a forma como eu encaro o voluntariado é um pouco até nessa própria perspectiva, ou seja, acho que cada um de nós é profissional o suficiente nos vários locais onde trabalha e se me pagassem pela actividade profissional voluntária que exerço na UPP, não fazia sentido, nem era sustentável economicamente do ponto de vista da instituição*» (Silvestre Lacerda, em entrevista).

A heterogeneidade das actividades propostas[5] não acontece pela dependência estrutural à instituição, mas sobretudo pela atenção, abertura e sensibilidade às novas formas de luta, as «pequenas causas» que dizem respeito a cada um e a todos, que têm permitido à UPP manter-se actual e implicada nos pequenos e grandes problemas actuais.

c) Alteração das características da população associada[6]

Ao longo do tempo, têm-se alterado as características da população associada provocando algumas interrogações nomeadamente porque as classes de idade que ali participam têm sugerido o debate entre uma concepção de universidade popular, que nos remete à ideia de uma população activa e maioritariamente operária e de uma universidade da 3ª idade. Constata-se um fenómeno importante e significativo: alguma desta população tem envelhecido com a associação, na qual continua a participar, agora com mais regularidade, porque a reforma o permite. Um outro dado a reflectir é a existência de pessoas que acompanham os seus familiares, criando espaços de actuação próprios ou partilhados com outros grupos; há uma outra categoria de participantes, constituída por estudantes universitários, por licenciados ou doutorados que procuram uma formação diferenciada, como por exemplo, os cursos avançados de nutrição e alimentação humana sob a orientação envolvida e envolvente de Emílio Peres; ou ainda trabalhadores estrangeiros para quem foram preparados cursos de português, que são também frequentados por estudantes do Erasmus, que procuram aqui completar a sua formação num espaço em que ela acontece de forma dialogante, aberta e actualizada. No entanto, uma população, vinda de outras colectividades, dos sindicatos, etc., que até aos anos 80 participava em acções desenvolvidas pela UPP, reduziu-se sensivelmente, tendo em conta o maior investimento na frequência de formações acreditadas e credenciadas, que a UPP tem evitado até agora. Acreditar ou não acreditar a UPP como entidade formadora, eis a questão. Na verdade, tendo em conta a qualidade e as habilitações dos formadores da UPP esta discussão parece desprovida de sentido, pois, além disso, nada impede a manutenção de todas as outras acções mais situadas no âmbito de uma formação experiencial ou de caracter não profissional que não sejam «bem vistas» pelas entidades de acreditação. Evidentemente, a acreditação da Associação como entidade formadora pode reenviar-nos para algumas das questões que levantámos a propósito do financiamento.

d) A questão de um poder que não se esconde mas é quase-invisível

Quando, numa instituição o poder é invisível pode-se dizer que existe risco de incompreensão ou desconhecimento das suas margens de liberdade. Por isso, no caso em análise, lhe chamamos quase-invisível. Na verdade, os elementos dos órgãos directivos são participantes, como quaisquer outros nas acti-

[5] Cursos de Dia e Pós-laborais, sobre temáticas tão diversas como História, Sociologia, Literatura Portuguesa, Economia, Linguística, História do Cinema, Património Artístico e Cultural, Astronomia, Globalização, Ambiente, Nutrição, Saúde, Toxicodependências, História do Porto, História de África, Direito, Memórias do Trabalho, Os Arquivos do Mundo do Trabalho, Comunicação Social, Francês e Inglês, Desenho, ..., cursos de Português para Imigrantes, Cursos de Especialização, Conferências, Debates, Visitas de Estudo, criação e desenvolvimento do Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto, participação nos Fóruns Sociais e no Movimento pela Paz, exposições, iniciativas culturais diversas.

[6] Entendemos como "associado" todo aquele que se associa às actividades desenvolvidas na UPP, por implicação, e não com base num qualquer cartão de sócio.

EDUCAÇÃO
SOCIEDADE & CULTURAS

vidades da associação, sem se deixarem dominar pela compulsão para o controlo. A tomada da palavra mais frequente de qualquer um dos elementos pode ser lida, por exemplo, como característica pessoal e não como desejo ou «direito» de dominar. As iniciativas discutem-se em grupo, sem que um qualquer papel burocrático as autorize ou lhes roube o desejo de continuar. Quem conhece bem os elementos da direcção não os identifica com um poder controlador, mas com um poder disponível para o avanço das actividades, um poder que tem a autoridade de quem se mantém garante quanto às finalidades da instituição. Não se trata, portanto, de um poder reconhecido como legítimo – porque pertence à Direcção, ao Conselho Consultivo ou outro órgão –, mas de um poder quase-invisível porque se assume em termos de igualdade como parceiro das diferentes actividades. Esta atitude não acontece sem riscos. Com efeito, tendo em conta que os associados da UPP vêm, em grande parte, por interconhecimento, ou seja, no estilo «traz mais um amigo», é quase palpável o sentimento de confiança e de segurança que domina a intersubjectividade institucional. Mas a abertura da UPP leva a uma grande heterogeneidade de pessoas, de interesses, de formas de pensar a vida e a sociedade. Surgem assim muitas pessoas pelas mais diversas razões: um prospecto que as atraiu, uma conferência anunciada, uma visita a lugares históricos da cidade, um curso de desenho ou de inglês... e são pessoas que vão ficando, se vão entrosando e tomando iniciativas. Estas vão desde a utilização de um ponto de encontro, facilitador das suas relações, à proposta de novos cursos, de actividades festivas, etc. Com o tempo, estas pessoas descobrem que a UPP é mais do que um espaço livre, é também um espaço de intenções e de realizações orientadas em função de uma identidade institucional forte e consciente de si. Pode-se dizer com Laville e outros que «práticas de recrutamento, formação, sistemas de eleição e de representação, formas de convivialidade, asseguram uma dinâmica social exemplar da construção da legitimidade sobre a troca de orientações, mas também das implicações pessoais» (1997: 312).

Este clima de «poder quase-invisível» é, muito provavelmente, um dos facilitadores das relações intersubjectivas que se vão desenvolvendo, desse sentimento que nos leva a passar do «eu» ao «nós» e que nos garante, simultaneamente, nesse estar colectivo o reconhecimento de uma identidade pessoal. «É bem a identidade pessoal que é mobilizada e não uma identidade colectiva

referida a uma instituição, partido ou sindicato. As implicações são «mais parciais, mais temporais, o que não significa menos intensas». As associações funcionam como redes que são mais o resultado de uma acção exemplar mais pontual que o produto de uma adesão a uma organização preexistente» (Ion cit in Dubar, 2000: 147).

e) As questões relativas ao projecto pedagógico e aos conteúdos substantivos da formação

Como vimos, a Universidade Popular do Porto conjuga as perspectivas da intervenção social e do desenvolvimento de uma cidadania actuante segundo abordagens multirreferenciais, possibilitando um espaço de encontro de pessoas de origens e formações diversas em que a relação cognitiva e afectiva se traduz em gosto e gozo na construção do conhecimento.

O projecto pedagógico da instituição identifica-se pelas suas finalidades e pelas suas práticas. Quanto às práticas, assumem-se com características diversas, quer através da realização de seminários e colóquios, quer através dos cursos diurnos ou pós-laborais, quer através da realização de projectos em diferentes áreas, sem que por isso se desvirtuem as finalidades do projecto global:

> «*(...) não estou limitada pelo tempo, pelo espaço, pela campainha a tocar, por programas, por tudo, não é? Acho que é óptimo (...)*» (Maria Amélia, em entrevista);
>
> «*(...) eu 'faço' francês até porque fui professor de línguas (...) 'faço' francês como pretexto, 'faço' francês como instrumento de leitura (...) de alguns órgãos de imprensa que me parecem particularmente interessantes para um certo olhar sobre o mundo e sobre a actualidade*» (Carlos Nelson Amador, em entrevista).
>
> «*(...) aqui há uma interacção entre os alunos, entre aspas, e o professor, entre aspas, não é? Naturalmente que o orientador tem os seus objectivos e como tal vai aproveitar a interacção com os alunos num determinado sentido. Na minha visão, os alunos daqui gostam muito da convivência*» (Armando Gomes de Sá, em entrevista).

Como vimos, a heterogeneidade das propostas de formação é suficientemente alargada para abranger apostas pedagógicas de várias perspectivas, umas de carácter mais transmissivo, outras partindo do diálogo, da orientação para debates que permitam a cada um encontrar os seus percursos próprios de auto-aprendizagem, ou ainda assentes na preocupação de, trabalhando em função de determinados conteúdos, como a aprendizagem de uma língua, não deixar de a situar em termos de contexto histórico-social. Assim, o seu projecto pedagógico permite analisarem-se situações que permitem não só opções ideológicas autónomas e reflectidas como alimenta o sentimento de pertença com uma solidariedade que alimenta a coesão social vivida com e para com os próximos, mas também com esse mundo que nos pertence, ao qual pertencemos e pelo qual somos responsáveis.

A UPP – (re)conhecer a sua identidade

O projecto de avaliação em desenvolvimento na UPP, realizado a partir de um olhar multirreferencial, que é a perspectiva das Ciências da Educação perfilhada pelos membros da equipa de avaliação, tem permitido destacar, se não mesmo, desocultar aspectos constitutivos da identidade da UPP. As Ciências da Educação aproximam-se aqui de uma realidade que, mais do que confirmar os seus discursos interpela as suas práticas. Esta interpelação, situada ao nível dos diferentes terrenos da intervenção das Ciências da Educação, complexifica as concepções existentes, nomeadamente quanto à educação de adultos, às metodologias de intervenção, ao estatuto dos saberes sábios e dos saberes práticos.

É um olhar que realça, na relação entre os participantes desta associação o princípio da cooperação, assim como um funcionamento por emulação intrínseca e não assente na competição, assumida dominantemente, na sociedade actual, como motor dinamizador do envolvimento pessoal. Na UPP não se age nem interage segundo bases burocráticas e/ou hierarquizadas, planeadas de acordo com programas preestabelecidos. O que estabelece a ligação entre os seus membros, assim como entre as sucessivas gerações que nela colaboram e participam, é a existência de ideias e de princípios ideológicos debatidos e partilhados que exercem a função de elemento agregador.

O poder – quase-invisível, como acima lhe chamámos – é exercido segundo uma base relacional e comunicacional em que as decisões são tomadas a partir de consensos decorrentes de debates. É também por este conjunto de características, que podemos dizer que o projecto pedagógico de intervenção da UPP, muito mais do que um projecto-programa, se afirma como um projecto-utopia: sempre almejado, sempre longe da concretização do sonho, mas persistindo na tentativa de o alcançar e com a consciência de que é a certeza de que há caminhos a percorrer que alimenta a vontade de prosseguir.

Contactos: Natércia Pacheco, Manuela Terrasêca, Teresa Medina, Cristina Nogueira, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua do Campo Alegre, 1021-1055 4169-004 Porto
Email: npacheco@fpce.up.pt, terraseca@fpce.up.pt, t.medina@fpce.up.pt, cristinaanogueira@clix.pt

Referências bibliográficas

CANDEIAS, António (1981) «Movimento Operário Português e Educação (1900-1926)», *Análise Psicológica*, nº II (1).

CARAÇA, Bento de Jesus (1978) *Bento de Jesus Caraça: Conferências e Outros Escritos*, Lisboa: J.M.C. Ed. da família.

Centro de Documentação e Informação da UPP sobre o Movimento Operário Popular do Porto. http://cdi.upp.pt.

CORREIA, José Alberto e MATOS, Manuel (2001) *Solidões e Solidariedades nos Quotidianos dos Professores*, Porto: Edições ASA.

Declaração Universal do Voluntariado (2004) [on-line] http://www.portaldovoluntário.org.br (Página consultada em 22/07/2004).

DOLCI, Danilo (1971) *Inventar o Futuro*, Lisboa: Moraes.

DUBAR, Claude (2000) *La crise des identités. Interprétation d'une mutation*, Paris: PUF.

HAERINGER, Joseph, LAVILLE, Jean-Louis e SAINSAULIEU, Renaud (1997) Introduction: penser l'association du projet au fonctionnement. In Jean-Louis LaVille e Renaud Sainsaulieu, *Sociologie de l'assotiation*, Paris: Desclée de Brouwer, 15-32.

LAVILLE, Jean-Louis e SAINSAULIEU, Renaud (1997) *Sociologie de l'association*, Paris: Desclée de Brouwer.

LAROUSSE (1971) *Dictionnaire du Français Contemporain*, Paris: SCF.

MEDINA, Teresa (2003) *Da Educação Permanente à Educação ao Longo da Vida*, Porto: FPCE-UP (documento policopiado realizado no âmbito do II Curso de Doutoramento em Ciências da Educação).

MÓNICA, Filomena (1978) *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar,* Lisboa: Editorial Presença.

PACHECO, Natércia, TERRASÊCA, Manuela e MEDINA, Teresa (2000) Discursos e Práticas das Ciências da Educação numa instituição à margem do Sistema – Universidade Popular do Porto, Comunicação apresentada no *III Congresso de Ciências da Educação,* Lisboa: FPCEUL.

UPP – Universidade Popular do Porto (2004) [on-line] http://www.upp.pt/. (Página consultada em 27/07/2004).

TERRASÊCA, Manuela (2002) *Avaliação de Sistemas de Formação. Contributos para a compreensão da avaliação enquanto processo de construção de sentido,* Porto: FPCE-UP (Tese de Doutoramento não publicada).